

07 NOV 1979

A inflação e o sistema federativo

Dónda Pública

Já se sabe que no presente exercício a taxa de inflação não será inferior a 70%. Para que passe dos 70%, bastará que nos dois últimos meses do ano a taxa de inflação não seja inferior a 4% ao mês. Na verdade, tudo indica que será muito difícil corresponder a essa taxa mensal a ascensão dos preços. Eis por que a taxa de inflação do exercício deverá aproximar-se de 75%.

Essa perspectiva é sombria, e a inflação do ano em curso se projetará sobre a de 1980, pois a economia desconhece os limites convencionais do ano gregoriano.

A inflação é um mal renitente e implacável. Os distúrbios sociais estão aí para mostrá-lo. O crescimento econômico atual não deve iludir-nos, pois logo a escassez de poupança nos forçará a conformar-nos com uma taxa de crescimento mais baixa. Há, porém, a considerar, um outro ponto, que a reunião do ministro Antônio Delfim Netto com os secretários do Planejamento dos Estados e Territórios veio avivar, a saber: o sistema federativo não resiste a taxa de inflação tão elevada e, por isto, favorece a intervenção federal.

Há menos de uma semana, o ministro da Fazenda, sr. Karlos Rischbieter, convocava os secretários da Fazenda estaduais para se manifestarem a respeito de uma pretendida reforma tributária destinada a proporcionar maiores recursos aos Estados e aos Municípios, para que estas unidades ganhassem maior independência. Nada se decidiu até o momento quanto a isto, mas eis que o ministro Antônio Delfim Netto reúne agora os secretários de Planejamento para dar-lhes ciência de uma intervenção branda do governo federal na vida dos Estados.

Aliás, a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), na semana passada, permitia já antever essa intromissão do governo federal nas decisões econômicas dos Estados. A intervenção será efetuada por meio da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (Sarem), órgão da Secretaria de Planejamento que consolida os poderes do ministro Antônio Delfim Netto sobre a economia nacional.

Os Estados e Municípios, por meio do Fundo de Participação e do Fundo

Especial, recebem do governo federal transferências que, este ano, deverão chegar a 50,6 bilhões de cruzeiros, montante a que devem ser acrescentados 2,5 bilhões a título de fundos perdidos. No início do ano, o governo procurou dar aos Estados e Municípios maior liberdade no tocante à aplicação desses recursos, que até agora eram liberados sob determinadas condições. A deterioração econômica conduzirá agora a um controle ainda maior do que o de antes.

O ministro-chefe da Secretaria de Planejamento declarou que os Estados e Municípios receberão do governo a ajuda necessária, mas que esta ficará condicionada a um exame detalhado das programações anuais de cada unidade da Federação, encaradas globalmente, não se destinando à execução de projetos isolados. Não se avaliará somente a capacidade de endividamento das unidades da Federação, mas também o ônus que será transferido à administração subseqüente. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República deixou bem claro que não pretende apenas cortar investimentos, mas também

examinar os resultados de investimentos que, tornando excessiva a demanda, concorrem para alimentar a espiral inflacionária.

O controle será ainda mais rígido no que concerne à contratação de empréstimos externos. Este ano foram já autorizados empréstimos externos dos Estados no valor de 800 milhões de dólares, e estão sendo estudados outros, cujo montante se eleva a 700 milhões. O governo de Brasília pretende controlar não somente a capacidade de reembolsarem os Estados esses empréstimos, mas ainda o uso da ajuda externa, recusando-se a aprovar empréstimos externos destinados a cobrir déficit de caixa e a atender a despesas administrativas.

Por meio da Sarem, o ministro do Planejamento exercerá controle absoluto sobre os Estados e os Municípios, reduzindo-lhes, pois, consideravelmente, a autonomia. Temos de reconhecer que, sendo tão alta a taxa de inflação e tão sério o estado do balanço de pagamentos, esses controles tornam-se inevitáveis. De qualquer modo, porém, vê-se que, mais uma vez, o regime federalista sofre pesado golpe.